

Supremo Tribunal de Londres exige considerar impacto climático de combustíveis fósseis

O impacto climático da queima de carvão, óleo e gás deve ser considerada ao decidir sobre a aprovação de projetos, determinou o Supremo Tribunal de Londres.

A decisão, anunciada na quinta-feira, estabelece um importante precedente sobre se as emissões de gases efeito estufa "inevitáveis" de um projeto de combustível fóssil devem ser consideradas.

Ativistas saudaram a decisão como uma "grande vitória na luta por um clima habitável" e disseram que fortaleceu outros processos judiciais nacionais que desafiam a extração de combustíveis fósseis.

Considerar emissões de combustão

A campanhista Sarah Finch contestou a decisão da Surrey county council de prorrogar a autorização de operação de um poço de óleo Horse Hill, no Weald. Ela argumentou que deveria ter levado consideração as emissões de gases de efeito estufa resultantes do uso do óleo ao avaliar os impactos ambientais do projeto, não apenas o local de perfuração si. Essas são as chamadas "emissões de escopo 3" ou emissões downstream. A council argumentou que tinha a discricionariedade de decidir qual seria o impacto total de um projeto.

O tribunal de instância não foi simpático às argumentações de Finch. Mas a maioria dos juizes do Supremo Tribunal concordou que as emissões de combustão de um projeto de óleo fazem parte de seus efeitos ambientais totais.

"Todo o propósito da extração de combustíveis fósseis é tornar os hidrocarbonetos disponíveis para combustão", concordaram três dos cinco juizes. "Portanto, pode-se dizer com virtual certeza que, uma vez extraído o petróleo do solo, o carbono contido nele será libertado para a atmosfera como dióxido de carbono algum momento no futuro e contribuirá para o aquecimento global."

A Agência Internacional de Energia disse que não deve ocorrer nova exploração de petróleo e gás se o mundo quiser limitar o aquecimento global a 1,5°C (2,7°F) acima dos níveis pré-industriais.

Impactos ambientais sem limites geográficos

O tribunal ressaltou que a lei que regula as avaliações de impacto ambiental no Reino Unido não impõe limites geográficos aos impactos. "Em princípio, todos os efeitos significativos prováveis do projeto devem ser avaliados, independentemente de onde (ou quando) esses efeitos serão gerados ou sentidos. Não há justificativa para limitar o escopo da avaliação aos efeitos esperados para ocorrerem no ou perto do local do projeto."

O tribunal enfatizou que a avaliação de impacto adequada é essencial para garantir a legitimidade democrática das decisões que afetam o ambiente. "Você só pode se importar com o que sabe."

Informações do documento:

Autor: symphonyinn.com

Assunto: pixbet classic

Palavras-chave: **pixbet classic - symphonyinn.com**

Data de lançamento de: 2024-11-15